

Boianovsky, Mauro; Calixtre, André Bojikian

Working Paper

Formação Econômica do Brasil, de Victor Viana, cem anos depois

Texto para Discussão, No. 2870

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Boianovsky, Mauro; Calixtre, André Bojikian (2023) : Formação Econômica do Brasil, de Victor Viana, cem anos depois, Texto para Discussão, No. 2870, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2870-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/284992>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2870

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL,
DE VÍCTOR VIANA, CEM ANOS DEPOIS

MAURO BOIANOVSKY
ANDRÉ CALIXTRE

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2870

Brasília, abril de 2023

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, DE VICTOR VIANA, CEM ANOS DEPOIS¹

**MAURO BOIANOVSKY²
ANDRÉ CALIXTRE³**

1. Este texto foi escrito ao longo de 2022, por ocasião do Bicentenário da Independência.

2. Professor titular do Departamento de Economia na Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* <mboianovsky@gmail.com>.

3. Técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail:* <andre.calixtre@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação,
Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social

ANTONIO LASSANCE

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2023

Boianovsky, Mauro

Formação econômica do Brasil, de Victor Viana, cem anos depois [recurso eletrônico] / Mauro Boianovsky e André Calixtre – Brasília: IPEA, 2023.

29 p. – (Texto para Discussão ; 2870).

Inclui Bibliografia.

1. Victor Viana. 2. Pensamento Econômico Brasileiro. 3. Liberalismo e Desenvolvimento. I. Calixtre, André. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

BOIANOVSKY, Mauro; CALIXTRE, André. **Formação econômica do Brasil, de Victor Viana, cem anos depois**. Brasília, DF: Ipea, abr. 2023. 29 p. (Texto para Discussão, n. 2870).

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: B10; B31.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2870-port>

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	6
2 A ESTRUTURA DA FORMAÇÃO DO BRASIL, POR VICTOR VIANA	10
3 A ESTRANHA AUSÊNCIA DE VICTOR VIANA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO.....	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A MUDANÇA DE SIGNIFICADO DA “FORMAÇÃO ECONÔMICA”	24
REFERÊNCIAS	27

SINOPSE

Nosso objetivo com este texto é apresentar uma obra esquecida do pensamento econômico, o livro de Victor Viana, *Histórico da Formação Econômica do Brasil*, publicado em sua primeira e única edição em 1922. Os autores procuram discutir, à luz da literatura considerada clássica para a formação do pensamento econômico brasileiro, por que esse livro quase não é mencionado nem no passado, nem no presente, mesmo tendo tratado temas relevantes da problemática do desenvolvimento por volta de duas décadas antes da publicação das obras pioneiras do assunto. No livro de Viana, impressiona que assuntos caros ao desenvolvimento em condições periféricas, como o protecionismo, a estratégia de criação do Estado e a cultura necessária ao desenvolvimento, são tratados com a teoria disponível no tempo histórico do autor, ou seja, a tradição liberal de economia inaugurada por Adam Smith. Ao mesmo tempo Viana oferece soluções originais para a perspectiva da colônia em meio ao sistema mercantilista erguido pela metrópole e dominante até nossa independência, em 1822.

Palavras-chave: Victor Viana; pensamento econômico brasileiro; liberalismo e desenvolvimentismo.

ABSTRACT

Our goal in this paper is to shed light on a forgotten contribution to Brazilian economic thought, that is Victor Viana's 1922 book *Histórico da Formação Econômica do Brasil (Brazilian Economic Formation's Timeline)*. That book never got a second edition, and is rarely referenced among both past and present Brazilian economists. Still, it brought out relevant economic development issues – such as protectionism and the political and cultural frameworks necessary for development – and anticipated some ideas that would come up in the Brazilian economic debate about twenty years later. It is argued that Viana applied the liberal economic theory of his time – still under the influence of Adam Smith – to underdeveloped countries as seen from the perspective of the Luso-Brazilian mercantilist colonial system that precede our political independence in 1822.

Keywords: Victor Viana; Brazilian economic thought; liberalism and developmentalism.

1 INTRODUÇÃO

A natureza histórica do pensamento econômico, por se tratar de uma ciência humana, impõe ao economista a permanente necessidade de visitar o passado para a compreensão do presente e propor interpretações possíveis para o futuro da riqueza e da pobreza das nações ou para o sucesso ou insucesso dos destinos individuais e nacionais traçados com base na organização dos meios de produção em meio ao tempo dos homens. Nesse pressuposto, a história do pensamento econômico foi entendida por Blaug (2001) como "reconstrução histórica", ou seja, o esforço de aproximação com o passado respeitando as profundas e radicais diferenças de tempos históricos, com o objetivo principal de descobrir, revelar, ou mesmo reinterpretar, conceitos cristalizados do presente. Sob a perspectiva brasileira, esse método de estudo do pensamento econômico ganha contornos marcantes da desigualdade de difusão do capitalismo desde sua origem e o imbricamento dessa desigualdade com a formação econômica do Brasil, em especial a posição do Brasil como colônia, sob domínio de um exclusivo colonial, e organizada economicamente pelo tráfico mercantil escravista. Nessa origem como periferia escravista no capitalismo, está o ponto de partida das duas principais interpretações econômicas que vão orientar o debate sobre a saída da pobreza para a riqueza do Brasil: o liberalismo e o desenvolvimentismo.

Esse debate, no entanto, somente se consolidará no Brasil na segunda metade do século XX, pois é geralmente escassa e temporalmente instável a literatura econômica no pensamento brasileiro da Independência até esse período. Após intenso debate liderado por temas como as tarifas protecionistas, o abolicionismo e o financiamento monetário da dívida da Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, os textos novecentistas da República Velha estavam restritos aos debates entre ministros da Fazenda em seus relatórios institucionais. A contenda sobre o financiamento dos papéis bancários e o lastro monetário nacional em torno da crise do encilhamento ou as críticas à saída brasileira do padrão-ouro durante o início do período republicano são alguns exemplos representativos do debate preliminar de teoria econômica em um país relativamente jovem em sua independência e que, ainda no curso daquela geração, estava rapidamente saindo do regime escravista para o trabalho assalariado. Os elementos teóricos que ancoravam o debate econômico eram igualmente raros, muitos deles ainda associados à economia política smithiana e sua interpretação liberal, como crítica ao mercantilismo, para o processo de colonização e especialização comercial. Mas havia um problema ainda maior na estrutura de pensamento da época, que era a predominância do determinismo geográfico e das teses eugenistas sobre a formação nacional. Sob essa ótica, o Brasil era um país multiplamente condenado: estava na região errada, possuía o clima errado e era formado pelo povo errado para se desenvolver.

Apesar do intenso desenvolvimento da teoria econômica desde a publicação de *A Riqueza das Nações* por Adam Smith em 1776, são raros os momentos em que a disciplina embrionária dos países pioneiros da industrialização apareceu nos debates brasileiros, mesmo após a Independência. Ainda no período colonial, no entanto, o pensamento econômico iniciado por Smith foi lido por homens do Estado português já no último terço do século XVIII, em especial D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, durante suas viagens a Turim, onde tomou contato com as reformas do período da Ilustração e com o exemplar recém-lançado de *A Riqueza* (Aidar, 2019, p. 142).

No final do século XVIII, formou-se, por meio do movimento memorialista da Academia das Ciências de Lisboa, uma geração de homens de Estado luso-brasileiros simpáticos à Ilustração. Estão entre os principais que publicaram suas memórias econômicas durante o período de 1789 a 1815: José Bonifácio de Andrada, que produziu estudo sobre as atividades pesqueiras na colônia; José Joaquim de Azeredo Coutinho, que produziu estudo sobre o preço do açúcar; além do próprio Linhares, autor de uma interpretação razoavelmente inspirada em Smith, ou seja, antimercantilista, denominado “discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa (1789)” (Aidar, 2019, p. 143). Entretanto, o legado liberal smithiano deixado na minúscula, mas erudita, inteligência colonial contrastava-se com a presença institucional e organizadora do escravismo, limitando ontologicamente o florescimento das luzes trazidas pelo renascimento. Ao final da colônia, a publicação do primeiro estudo de economia política no Brasil será realizada por José da Silva Lisboa, visconde de Cairú, entre 1819-1820, diante da perplexidade que as revoluções abolicionistas tomavam curso no Novo Mundo, particularmente São Domingos (Haiti) (*op. cit.*, p. 148).

De modo geral, esse período originário do pensamento econômico brasileiro primeiramente pouco havia de pensamento nacional e estava marcado pela dificuldade de libertar-se das amarras mercantilistas que o Antigo Regime insistia em reproduzir, cuja dramaticidade colonial brasileira era dada pela permanência do regime escravista e os acordos de proibição de manufaturas na colônia desde o final do período pombalino. Esse debate será emblemático no período Alves Branco (1844), em que houve políticas de proteção nacional e de incentivos à industrialização interna. O protecionismo, no entanto, mostrou-se, por si mesmo, insuficiente para romper o imenso passado colonial e agroexportador brasileiro, dando vazão ao surgimento de um movimento industrialista, a partir de 1870, centrado nas figuras de Antonio Felício dos Santos, Rui Barbosa, Vieira Souto e, posteriormente, Roberto Simonsen (Gimende, 2003). No entanto, as marcas do escravismo impediam uma solução estrutural para o debate econômico, ainda que tivesse produzido figuras industrialistas emblemáticas, como Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá. No fundo, o caminho urbano-industrial para o Brasil era necessariamente um caminho abolicionista, e isso significava o fim da principal, senão a única, instituição nacional realmente existente no país e

capaz de manter unidas regiões completamente díspares em seus interesses econômicos, porém todas elas comprometidas com a manutenção do regime escravista.

O processo de construção de um debate tipicamente econômico no Brasil tem seus primeiros sinais concretos no final do século XIX, com o fim do escravismo, do Império e o advento da experiência republicana. Destaca-se nesse período a publicação do livro *A Década Republicana*, de Visconde de Ouro Preto, em 1899, e os debates entre Rui Barbosa e Joaquim Murinho sobre os determinantes e as origens da crise do encilhamento, registrados nos relatórios do ministro da Fazenda durante as primeiras décadas da República Velha. Nesse período, entre o final do século XIX até 1920, o debate econômico estava profundamente subordinado a uma protodiscussão monetária, que vai da aplicação genérica ou não da teoria quantitativa da moeda a esparsos debates sobre abertura ou proteção comercial em contraponto a políticas de indução à indústria nacional, tomando o termo *indústria* por seu significado antigo, que abrangia todo processo produtivo por manufatura, inclusive algumas atividades agrícolas. De todo modo, a herança maior que esse período trará do século XIX é o embate em torno do industrialismo como estratégia crucial à sobrevivência de uma sociedade agrário-exportadora em crise, cuja abolição do trabalho escravo era um processo marcado por dúvidas e inconsistências.

Formar-se e publicar como um economista preocupado com o desenvolvimento brasileiro nos anos 1920 era tarefa difícil. No Brasil do auge do modelo agroexportador cafeeiro, corroborado pela teoria das vantagens comparativas em suas variantes ricardianas, aliado às teses racistas do pensamento social e ao determinismo geográfico, era compreensível que se pensasse que o caminho nacional pelo modelo agrário-exportador parecesse definitivo, sem absorção dos elementos fundadores da sociedade colonial, *i.e.*, sem a reparação histórica da escravidão e sem a reforma do sistema de propriedades rurais e urbanas do longo período escravista. A crise de 1929 vai modificar radicalmente essa concepção, tanto pelas profundas mudanças teóricas operadas no interior do pensamento econômico dos países centrais quanto pela interrupção abrupta e prolongada do circuito de acumulação que conectava a economia brasileira ao resto do mundo. O processo de reorganização do modelo de acumulação brasileira era uma necessidade urgente cujas respostas da teoria econômica vigente à época eram insuficientes. Mesmo assim, as transformações consequentes à crise do modelo agroexportador são antecipadas pela política, à frente da teoria econômica com a Revolução de 1930 e o surgimento do trabalhismo varguista, introduzindo um Estado planejador, industrialista, urbanista e desenvolvimentista quase duas décadas antes do surgimento da teoria do desenvolvimento voltada para países periféricos, com marco na publicação do *Manifesto Latino-Americano*, de Raúl Prebisch como fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948.

Em um artigo elucidador sobre as origens da historiografia econômica brasileira, Szmrecsányi (2004) marca o seu nascimento organizado durante o período de 1929 a 1959, uma origem, portanto, muito recente, marcada por quatro publicações representativas: *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, de Roberto Simonsen (1937); *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Júnior (1942); *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, de Alice Canabrava (1944); e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959). Szmrecsányi constrói, no artigo, uma linha de argumentação de que essas obras de referência teriam sido precedidas por estudos específicos de historiografia documental. Em Simonsen, primeira publicação moderna de história econômica, o livro foi composto por notas de aulas e contou com a síntese crítica de diversos autores clássicos, ocultos no livro, como Pandiá Calógeras, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e João Lúcio de Azevedo, e foi precedido por trabalhos estritamente históricos, como *As crises no Brasil*, de 1930. Já o clássico de Caio Prado Júnior foi precedido pela publicação anterior de obra bibliográfica extensa em pesquisa documental no livro *Evolução Política do Brasil*, de 1933. Alice Canabrava é a autora mais escolástica desse grupo, tendo defendido a obra supracitada como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo em 1942, e é considerada um trabalho historiográfico completo, ainda que menos conhecido que os outros. E aquela obra que é considerada a principal do período inaugural da história econômica brasileira, *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 1959), é também resultante de um trabalho prévio de pesquisa documental, que foi a tese de doutoramento de Furtado defendida na Sorbonne, *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, defendida em 1948 e que permaneceu como “elo perdido” da obra do autor até sua publicação, somente em 2001.

Porém, não é incomum a história abandonar elos na classificação da evolução de suas ideias. Muitas vezes devido ao autor elaborar temas incompletos ou “à frente de seu tempo”, obras que poderiam ter sido revolucionárias por gerações são permanentemente descobertas e mostram muito sobre o caráter não linear da história do pensamento, em especial o pensamento de uma ciência moral como a economia.

Em 1922, por ocasião do centenário da Independência, o jornalista Victor Viana publicou um livro pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, encomendado pelo Ministério da Fazenda, sob o título *Histórico da Formação Econômica do Brasil*. O livro é dedicado a Homero Baptista, ministro da Fazenda à época do governo Epitácio Pessoa, que, assim como o autor, foi quase esquecido pela literatura de estudo do pensamento econômico brasileiro. Surpreendentemente, o conteúdo dessa obra antecipa inúmeros pontos fundamentais do debate econômico, incluindo apostas arriscadas para a época em que Viana estava escrevendo, como a recusa do pensamento eugenista e da determinação geográfica para padrões de desenvolvimento. Com uso de uma teoria ainda

oitocentista, Viana faz propostas de análise da condição periférica do Brasil, antes de existir o conceito de periferia.

A leitura do livro leva a uma pergunta incômoda: por que essa obra permaneceu praticamente desconhecida para a história do pensamento econômico brasileiro? Mesmo para autores contemporâneos, como Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, a citação a Victor Viana é meramente secundária, atendo-se quando muito às referências empíricas colhidas por Viana em seus capítulos sobre política monetária brasileira. O livro nunca recebeu uma segunda edição, não se encontra digitalizado em arquivo público, somente pode ser encontrado em exemplares originais em poucas bibliotecas e sebos brasileiros. Contemporaneamente, Viana é também um célebre desconhecido, muitas vezes citado como um precursor do pensamento econômico liberal brasileiro, mas sem necessariamente desenvolver ou mesmo apresentar qualquer ideia contida no livro.

Nesse sentido, este texto tem por objetivo apresentar ao leitor os principais fundamentos e a argumentação central da formação econômica do Brasil segundo Victor Viana, seguindo o estilo de resenha ampliada, pois se considera que o conteúdo dessa obra seja praticamente inédito para muitos leitores, mesmo que um século depois de sua publicação. A segunda parte trata dos motivos que levaram ao esquecimento daquela obra, que, como será discutido adiante, estão imbricadas na própria trajetória intelectual de Victor Viana. Essa, apesar de imortalizado na Academia Brasileira de Letras (ABL), foi muito curta, pouco catedrática. Sua produção não esteve predominantemente associada à economia, e sim ao direito.

2 A ESTRUTURA DA FORMAÇÃO DO BRASIL, POR VICTOR VIANA

O livro é composto por onze capítulos e uma conclusão, distribuídos em 239 páginas. Foi publicado em papel, diagramação e impressão de alta qualidade para a época, mostrando que se tratava de um livro institucional, com forte apoio governamental, dada a raridade em se encontrar esse tipo de material no primeiro terço do século XX. Como mencionado antes, não há notícias de edições posteriores. Nascido em 1881, no Rio de Janeiro, Victor Viana foi bibliotecário do Belas Artes, formou-se em direito e atuou como jornalista nos veículos *O Século* e *Jornal do Commercio*, entre outros. A produção acadêmica de Victor Viana foi de curta duração, indo desse que é seu primeiro livro, em 1922, até 1933, data da publicação do último ensaio. Foram nove publicações, sete das quais ensaios sobre direito constitucional comparado, um livro sobre a história do Banco do Brasil e o livro em questão. Em 1935, dois anos antes de sua morte, Viana foi nomeado imortal pela ABL, sob tutela de Celso Vieira.

TEXTO para DISCUSSÃO

O livro¹ busca apreender todo o período da formação nacional, abordando períodos como o da colonização e o da Independência. Há também um último capítulo, um tanto desconexo, mas rico em dados primários, dedicado à política financeira do governo de Epitácio Pessoa. Esse último capítulo, no entanto, é bastante reduzido e cumpre uma função aparentemente protocolar de justificar sua publicação institucional. O principal é a discussão teórico-histórica que Viana empreende para explicar o fenômeno da formação nacional, centrada em um conceito de protecionismo criador de condições favoráveis ao desenvolvimento de especialidades estranhas ao “natural” da colônia, conceito esse que Viana nomeará como “diferenciação americana”. Como escrito na própria conclusão,

a história do Brasil está por fazer. Assim, para formular alguns princípios da colonização e da formação econômica do Brasil tive de estabelecer novas relações, de criar noções e estabelecer doutrinas, como a da diferenciação americana. Tive também necessidade de destacar a importância de fatores econômicos nas lutas pela Independência. O estudo das doutrinas econômicas levou também a provar a relação entre o que se pensava na Europa com o que se fica na América (Viana, 1922, p. 233).

Tamanho pioneirismo e criatividade teórica são uma das marcas principais desse livro esquecido. A todo momento da leitura, Viana articula os conceitos econômicos de sua época em uma interpretação original da formação do Brasil, desde o início rejeitando os principais postulados eugenistas e deterministas, que também faziam parte do lugar comum liberal clássico ao qual Viana se filiava. Leitor atento de Smith e Say, Viana desde o princípio estabelece fatores econômicos como determinantes para os distintos padrões de colonização nas Américas, que ele divide em três: o norte-americano, o hispânico e o português. A “diferenciação americana” também será adotada como padrão de classificação pela literatura convencional da formação econômica do Brasil, mas os critérios teóricos de separação entre esses três grandes blocos eram distintos.

Segundo o liberal clássico Viana, inspirado em Smith, o sucesso da colonização dá-se por dois princípios fundamentais: o grau de liberdade individual conferido aos colonos e a presença de capital oriundo da metrópole. O caso estadunidense é, para ele, emblemático, pois se tratava da sociedade com o maior grau de liberdade econômica e com a maior presença de capital em sua formação econômica, facilitando processos autóctones de desenvolvimento. Enquanto o Brasil era seu oposto, haja vista que seus colonos possuíam pouco grau de liberdade, incluindo grau zero (escavidão), e baixíssimo nível de capital. Esse conceito de capital empregado por Viana também

1. As citações e os excertos foram livremente atualizados para o português corrente, visto que essa obra nunca foi reeditada.

é essencialmente smithiano, pois se refere ao grau de divisão interna do trabalho, portanto não se trata de capital mercantil, que, como se sabe, era abundante na mercantilista metrópole portuguesa.

No entanto, as diferentes combinações político-institucionais e a disponibilidade de fatores não condenaram as colônias do sul da América à inércia econômica. Aqui entra um elemento de esforço teórico de Viana que transcende o seu tempo histórico. Com relação ao eugenismo, ou seja, à concepção de que haveria raças superiores e inferiores na formação das nações bem ou malsucedidas, de acordo com a presença dessas raças em seu interior, Viana rejeita o pilar arianista de fins do século XIX: “dos Estados Unidos à Argentina, todas as nacionalidades do continente de Colombo devem a sua formação ao auxílio dos povos aborígenes e dos negros importados. A pureza dos *yankees* é uma mentira convencional” (Viana, 1922, p. 75). E continua:

Assim a própria Europa não se pode considerar isenta do sangue das raças inferiores. Ha, entretanto, raças inferiores?

Não há. O esforço primitivo da civilização humana partiu das chamadas raças inferiores. Eram morenos e mestiços os povos da Ásia Menor e da África, que fundaram a civilização, que depois floresceu no Mediterrâneo.

(...) A China, a Assíria, a Babilônia, as Índias não eram povos brancos.

O Egito não era povoado de homens altos, claros e louros. Entretanto, o esforço que esses povos desenvolveram para a cooperação do trabalho humano foi muito maior, em proporção à selvageria de que saíram, do que o que hoje, na época contemporânea, empregaram germanos, saxônios, latinos para aperfeiçoar a cultura herdada. De modo que descendentes de raças que fundaram a civilização humana ou de raças equivalentes não podem ser a causa do entorpecimento de nações mestiças. Todas as nações se cruzaram e foram mestiças na sua origem. As raças chamadas inferiores, que colaboram na civilização americana, não podem ser, portanto, um elemento de desorganização e anarquia. Tendem, entretanto, a desaparecer assimiladas. Por quê?

Porque o que caracteriza a raça como consciência, como nacionalidade, como ideal, não é o fundamento étnico antropológico: é a língua. O homem vale pelo que pensa, e ele pensa na língua de seu grupo. Por isso, o ramo étnico primitivo que impõe o seu idioma domina sobre os demais e os assimila (Viana, 1922, p. 77).

A afirmação de Viana pode parecer trivial e ingênua para os dias de hoje, mas era rara no longínquo primeiro terço do século XX. Viana está pensando desenvolvimento econômico periférico sem ainda uma teoria do desenvolvimento periférico. A referência do autor é Adam Smith,

TEXTO para DISCUSSÃO

David Ricardo e Jean-Baptiste Say, o que faz todo sentido: no final da República Velha, mas sem nenhum sinal de revolução, a crítica fundamental na economia política era de Karl Marx, enquanto John Maynard Keynes era um economista em formação que ainda escrevia como marshalliano. O padrão-ouro estava vigente, e o peso do império inglês ainda definia toda a narrativa histórica. O processo de “descobrimto” do Novo Mundo é interpretado como uma aventura planejada, como se o instinto privado tivesse guiado os colonizadores, misturado com o sentimento de predestinação e a necessidade de buscar rotas alternativas ao Oriente conquistado pelos maometanos. Todos esses pontos são anacronismos para os dias de hoje, mas não os eram em 1922.

Esse pensamento não determinista é resumido no livro por meio da proposição de um decálogo sociológico de raiz liberal, profundamente tropicalizado: i) não há raças inferiores, todos os povos atuais são constituídos de raças primitivas diversas e a civilização foi fundada pelas raças chamadas inferiores; ii) não há climas hostis à civilização, que, aliás, é um produto originário dos trópicos; iii) os povos se engrandecem pela acumulação das culturas antigas e estrangeiras, aproveitada sob o ponto de vista nacional; iv) a prosperidade de uma nação depende do momento histórico, das condições do comércio mundial e do aparelhamento técnico; v) os povos que triunfaram na civilização em todos os tempos pertenciam a raças diversas e antagônicas – todos, entretanto, possuíam cultura mais elevada e disseminada do que seus vizinhos; vi) o grau de civilização dos povos está na razão direta da assimilação e acumulação das culturas que recebem; vii) os fatores de prosperidade econômica variam de acordo com as sugestões da técnica e as facilidades das permutas; viii) a situação geográfica influi de acordo com as comunicações comerciais, e não de acordo com o clima; ix) a decadência das raças é proveniente do deslocamento de centros comerciais, de desapropriação de cultura e de uma acumulação retardada em relação aos povos vizinhos; e x) a prosperidade dos povos depende do equilíbrio de sua ordem jurídica em coincidência com a centralização comercial e a acumulação aproveitada das culturas (Viana, 1922, p. 90-91).

O protagonista desse decálogo, no entanto, era o “empresário privado colonizador”, figura que não se consolidou na historiografia brasileira do século XX, pois havia um problema que essa dimensão liberal não explicava: o altíssimo risco do empreendimento mercantil nos fins do Antigo Regime, que demandava investimentos somente capazes de serem articulados pelos ainda nascentes Estados absolutistas, esclarecidos ou não, burgueses ou patrimonialistas. Pouco ou nada aparece em Viana a figura do Estado empreendedor dessas incertas navegações ultramarinas, cujo mercado à época era incapaz de organizar privadamente. Essa figura do “Estado empreendedor” será desenvolvida duas décadas depois, no capítulo do “sentido da colonização”, de Caio Prado Júnior (1942). No entanto, Viana antecipa uma leitura bastante curiosa do papel que o protecionismo mercantilista produziu na chamada *diferenciação americana*, como consequência lógica da confrontação entre princípios liberais clássicos ideais, que pressupõem livre comércio entre as

nações, e a existência do protecionismo colonial, que modifica preços relativos e cria incentivos à industrialização da colônia. O interessante desse argumento de Viana é que não há uma ruptura teórica com o liberalismo, e sim uma interpretação “por dentro” da teoria, a partir dos pressupostos distintos do convencional à época.

Essa diferenciação [provocada pelo protecionismo] pode ser um bem nesse momento oportuno para acentuar, encaminhar e escolher a diferenciação natural.

Foi o caso da América até o final do século XVIII. Depois desse momento oportuno, é um mal; cria com o seu exagero um ambiente artificial, favorece a multiplicação de especialidades não adaptáveis naturalmente.

Assim, quando produz uma diferenciação, o protecionismo não prejudica, ao contrário é um elemento de reação social, de riqueza e força, quando é um instrumento de imitação de indústrias estrangeiras, redundando em destruição de capital, porque tira de muitas para dar a outras privilegiadas.

Por isso, protegendo a indústria das metrópoles mas estendendo a produção nas culturas novas adaptáveis ao clima americano, o mercantilismo exerceu uma função benéfica em todo o nosso continente (Viana, 1922, p. 42).

Tivesse Viana ampliado os princípios desse protecionismo para além do espaço temporal que ele considerou como benéfico, muito provavelmente o autor também estaria antecipando elementos cruciais da teoria estruturalista da substituição de importações, somente desenvolvida nos anos 1950. No entanto, o argumento de Viana está distante ainda, pois essa ideia pré-substituição de importações não é formada pelo Estado nacional e seu projeto industrializante, como definido posteriormente pelo estruturalismo, mas pela estrutura contraditória de incentivos criados pela metrópole mercantilista ao introduzir o exclusivo colonial como parte da divisão internacional do trabalho, ou seja, é um mecanismo essencialmente de mercado.

Assim a transplantação dos europeus para a América deu um novo curso à civilização e marcou uma transformação na produção, no comércio, nos hábitos e profissões de todo o mundo. Essa diferenciação foi se acentuando; e só no do século XIX os norte-americanos começaram a ter indústria própria, à custa de violenta proteção aduaneira.

As metrópoles deram vida nova às suas indústrias, forçando por medidas políticas a diferenciação da produção. Obtida a independência política, as antigas colônias garantiram as suas manufaturas e prejudicaram relativamente a produção fabril europeia, pelos mesmos processos de proteção.

TEXTO para DISCUSSÃO

Nós sabemos que, sob o ponto de vista econômico, em pura doutrina, todo o protecionismo aduaneiro redundará em destruição parcial de riquezas; mas não podemos, entretanto, negar que essa situação, quando permanece, cria riquezas novas, porque forma atividades produtoras que às vezes, em certos casos, compensam os primeiros prejuízos.

Há assim no protecionismo aduaneiro um sacrifício da grande massa dos habitantes em benefício de um grupo privilegiado e usurpador; mas as indústrias que se geram à custa desse sacrifício e que nascem em atmosfera artificial, tomam vigor graças ao monopólio dos mercados internos e passam depois a ser riqueza de verdade. Toda a história econômica das relações da América e da Europa é a demonstração patente desses princípios.

O protecionismo mais rigoroso prendia a tudo, sacrificando bens de contemporâneos e prejudicando atividades, mas afinal as nações que sofreram das metrópoles e de seus próprios governantes esse regime de exceção prosperaram e se engrandeceram. É que o protecionismo estabelece uma diferenciação forçada (Viana, 1922, p. 41).

A inovação de Viana está em utilizar conceitos produzidos pelos economistas clássicos dos países metropolitanos para explicar processos de sinal invertido na colônia que não necessariamente estavam determinados pelo pensamento original desses economistas. Para o pensamento liberal da época, a especialização gerada por vantagens comparativas entre os países era a trajetória natural de evolução das economias nacionais, não havendo, portanto, qualquer “diferenciação” entre colônias e metrópoles. No entanto, o elemento exógeno introduzido pelo exclusivo colonial afeta radicalmente o resultado dessa tendência. O processo de colonização seguiu um inesperado jogo de busca por complementaridades, em que as deficiências produtivas da metrópole geraram oportunidades de negócios com as colônias, operando *como se fossem* mercados livres, porém mediados pelo exclusivo colonial (Viana, 1922, p. 95-96). Esse argumento de Viana é bastante peculiar para o período, mas a solução que o autor encontra para a justificação da ação estatal na colônia é ainda mais surpreendente, antecipando em décadas o argumento da “indústria nascente”:

Para nós outros, nos países novos, a preocupação é diversa. Precisamos principalmente criar o meio favorável, apressar as instalações técnicas e para isso faltam capitais. Reconhecemos com a escola clássica, de acordo com a definição magistral do Sr. Yves Guiot, que o movimento das sociedades progressivas consiste em passar do estatuto ao contrato e que o progresso está na razão inversa da ação coercitiva do homem sobre o homem e na razão direta da ação do homem sobre as coisas.

Reconhecemos em Adam Smith, [Herbert] Spencer, [Gustave] Molinari e o Sr. Yves Guiot que o ideal nas sociedades humanas é a forma de contratos e que o melhor seria limitar

a influência do Estado em tornar o meio favorável, livre, a fim de que as atividades individuais se desenvolvessem em toda a plenitude. O socialismo é uma utopia e o Estado raramente cria e quando é chamado a criar é péssimo criador. Em geral, as suas criações são meros deslocamentos das riquezas de uns para outros.

Mas reconhecemos que assim como nas sociedades antigas o Estado precisava ampliar a sua ação para garantir o bem-estar, nos países novos, sem capital organizado, necessita estimular, dirigir, encaminhar a criação da riqueza, assumindo encargos que os particulares por falta de recursos não podem assumir. Sem sermos socialistas, temos, portanto, de admitir o alargamento da função do Estado. Há trabalhos, serviços, funções, aparelhamentos desta magnitude que não podem ser iniciados e custeados pelos particulares. Se grandes empreendimentos modernos já exigem companhias, sindicatos, combinações, carteis, cooperativas, outros ainda maiores só podem ser levados a cabo pelo Estado. Nos países de riqueza em formação, cabe, portanto, ao Estado uma função de estímulo e de coordenação e auxílio (Viana, 1922, p. 103-104).

O livro é permeado pela contraposição às propostas socialistas que estavam pairando no ar com a Revolução Russa e o fortalecimento da social-democracia europeia no entreguerras. A ascensão de teorias revolucionárias, no entanto, era especialmente ignorada no debate nacional da época, em que apenas estavam se iniciando os primeiros movimentos grevistas do sindicalismo anarquista em São Paulo. O debate socialista floresce no Brasil com a industrialização, que ainda estava em seu estágio embrionário, portanto é um debate estranho ao tempo de Viana no Brasil, mas esse não se aplicava, evidentemente, ao debate europeu, do qual o autor faz suas referências. Como forma de recusa do socialismo e das correntes de interpretação históricas da escola alemã, a existência natural do Estado nacional no Brasil justifica-se por sua capacidade de coordenar investimento e dirigir a criação de capital em uma sociedade com extrema escassez desse fator.

No Brasil, todavia, as aplicações não podem ser as mesmas dos países da Europa. Na Europa, as preocupações políticas obrigam os economistas, para salvar a sociedade atual e impedir a barbárie do socialismo, a cuidar da economia social, da economia do bem-estar.

No Brasil, o grande problema é ainda a criação do capital. Não havendo ainda capitais circulantes indispensáveis para movimentar todos os empreendimentos necessários, só o Estado por via de imposto pode obtê-lo na proporção devida. Assim, o Estado tem aqui, como em todos os países novos e em épocas de crise, uma missão especial de estímulo e de criação de riqueza (Viana, 1922, p. 108).

Apesar dessas notáveis inovações, Viana não produziu uma obra completamente fora de seu momento histórico, tampouco livre dos problemas fundamentais que assombravam a República

TEXTO para **DISCUSSÃO**

Velha, entre os mais importantes a rápida e desordenada transição do trabalho escravo para o assalariamento. No livro, a escravidão foi tratada sem reconhecimento do seu devido peso na organização das instituições nacionais, em especial no Brasil. Nessa questão, o autor comporta-se mais como cidadão comum de seu tempo. Viana prefere justificar historicamente o uso de mão de obra escrava no processo colonizador como um dado fundante das sociedades africanas em contato com os colonizadores ibéricos, sem atentar para o peso determinante que o capital mercantil exercia sobre a escravidão, por meio do tráfico como um negócio intrínseco à acumulação pré-industrial.

A noção do poder de vencedor sobre o vencido era bem diferente da de hoje, e, assim, era natural, que, vencendo as tribos da Costa d'África, os portugueses, seguindo o exemplo dos árabes, quisessem fazer o tráfico dos escravos.

Era um negócio lucrativo, deduzido das conquistas, das concepções da época e dos costumes africanos. Os negros eram escravos uns dos outros e naturalmente se sujeitavam à sua desgraça como uma fatalidade histórica.

Os seus chefes tinham consciência da humilhação política que isso representava. Mas justamente porque havia essa noção, havia disciplina. Os cativos vinham talvez com a esperança de uma represália de seus patrícios. Mas, considerando-se prisioneiros de guerra, não se revoltavam, senão por exceção, e eram pacíficos e obedientes (Viana, 1922, p. 119).

Viana reconhece, portanto, parcialmente o peso do escravismo nas instituições nacionais, no entanto, sob a impossível tarefa de interpretá-lo como um fato harmônico da história nacional, o que nunca foi. O escravismo teria sido um estágio inicial de "degradação" colonial, mas seus efeitos negativos para moral humana ter-se-iam dispersado com o enriquecimento das famílias de senhores, cujo poder levou-as a buscar melhores condições educacionais, especialmente para seus filhos. A confusão desse argumento é patente, em especial o inconfessável desejo de Viana de expurgar as elites de seu principal fardo, que é seu passado escravista.

Essa formação social foi a causa do nosso rápido desenvolvimento em relação aos outros países da América Latina. O edifício social consolidou-se apoiado na escravidão; o equilíbrio permaneceu seguro, mas a produção mais tarde não correspondeu à população, porque não se tratou de aparelhar pela instrução os descendentes diretos ou indiretos das raças que colaboraram na formação do país (Viana, 1922, p. 129).

E conclui:

A prosperidade dos senhores de engenho, do fazendeiro, dos bandeirantes criou a aristocracia territorial, baseada na escravidão do negro. Tudo concorreu para enriquecimento dessa aristocracia que, não tendo ainda hábitos regularizados, luxou demais, importou artigos finos na Europa, e assim não consolidou definitivamente a riqueza. Mas assim mesmo já no fim do século XVI o Brasil tinha grandes fortunas e no século XVII o poder econômico dos senhores de terra, dos negociantes e dos profissionais do litoral estava consolidado. Essa consolidação trouxe a independência pessoal, a altivez de caráter, a nobreza de propósitos, e encaminhou, portanto, tudo para a emancipação política. O povo brasileiro tinha uma elite de senhores de terra que, consciente de seu destino, tratava de educar e instruir os filhos nas escolas superiores da Europa para que pudessem ter também independência intelectual.

A elite era amplamente independente, porque possuía a riqueza de terra e a educação intelectual (Viana, 1922, p. 135).

Apesar desse evidente ponto de fragilidade, os outros assuntos aqui levantados, de pioneirismo e antecipação histórica, no argumento de Victor Viana, estão sintonizadas com as rupturas fundamentais da “geração de 1930”, na feliz expressão cunhada por Antônio Candido, que é a revolução no pensamento cultural brasileiro, em especial o paulistano, operado a partir das semanas de arte moderna, no início da década de 1920, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essa onda de choque cultural, cujo sujeito principal será o reencontro da intelectualidade com um brasileiro possível, concreto e real, para além de suas abstrações romantizadas – essa onda estava no início quando Viana escreveu o livro, não obstante os indícios fortes de sua presença.

Mesmo sem ter sido modernista, Viana fez saltos louváveis para sua época ao recusar o determinismo histórico e geográfico e antecipar o antropofagismo racial, que coloca na miscigenação um elemento de força de uma nação, e não de fraqueza, como queriam os eugenistas de sua época. Há um problema nele também de interpretação dos pesos econômicos das metrópoles no período colonial, haja vista que assumia a riqueza da Inglaterra em períodos muito distantes ainda da Revolução Industrial e subestimava o peso da riqueza mercantilista que foram as metrópoles portuguesa e espanhola. Essas “deficiências” teóricas e confusões empíricas de Vianna são absolutamente compreensíveis no entanto.

A quase obsessão de Viana em recusar as teses deterministas aparece em diversos trechos fundamentais da obra, e compõe o argumento central da diferenciação americana.

TEXTO para **DISCUSSÃO**

É um erro de história levantar em ciência o preconceito das raças. Outro erro a teoria dos climas deprimentes: a civilização humana é um produto dos trópicos e das regiões quentes que lhes ficam próximas. Como então querer afirmar que o homem decai e se deprime num clima como o do Brasil, que é variado e ameno e que mesmo nos sítios mais quentes é mais semelhante ao da Europa de que dos países em que o homem começou a civilização? (...)

A velha filosofia dos históricos era sob este ponto de vista mais racional e científico. Para estudar o homem verificava a sua evolução através da história e para encontrar as leis de seu desenvolvimento procurava analisar esse próprio desenvolvimento e não se perdia em soluções unilaterais.

O esplendor e a decadência dos povos dependem de fatores de ordem diversa e não do clima de seu *habitat* e de sua origem étnica (Viana, 1922, p. 78-79).

O fator de sucesso das nações, então, é dado por:

A vontade vale muito, mas só vence quando as circunstâncias a favorecem. Mas, ao demais, essa vontade só é eficiente, quando é esclarecida pela cultura. E a cultura é tanto mais útil quanto mais acumulada. O equilíbrio interno só se obtém pela cooperação voluntária na ordem jurídica, na justaposição das classes, na consciência do mandato dos que governam, na regularidade das permutas. A grande prosperidade só surge com o comércio. Quando um povo fica mais ou menos numa posição central, mundial, tanto em relação ao movimento de transporte quanto ao de produção, naturalmente se enriquece (Viana, 1922, p. 80).

Aqui está o argumento novamente liberal clássico de Viana, crítico, no entanto, de seus contemporâneos deterministas. A argumentação, porém, carece de referências para que se possa avaliar corretamente o que o autor queria dizer com a ideia de cultura como elemento de estruturação da vontade. Certamente há uma aproximação com a categoria analítica de desenvolvimento tecnológico, portanto "acumulável", em que as nações ganhariam complexidade a partir do aprofundamento de sua divisão interna do trabalho. Esse argumento, tipicamente smithiano, seria compatível com a visão de Viana, como também a virtude do comércio em promover complexidades em economias fechadas, que, por consequência, leva ao enriquecimento "natural" das nações.

Pelo conjunto da obra apresentada em 1922, a principal que se faz do ponto de vista contemporâneo é: por que não há sequer uma segunda edição do livro *Histórico da Formação Econômica do Brasil*? Victor Viana surpreende tanto na originalidade e audácia das proposições desse livro quanto no quase anonimato de sua obra tanto no debate acadêmico que se seguiu à publicação

do livro quanto nos tempos atuais. Há, no entanto, diversos elementos que podem auxiliar a responder adequadamente à pergunta.

3 A ESTRANHA AUSÊNCIA DE VICTOR VIANA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Não é simples resgatar elementos objetivos para mostrar o esquecimento de um autor. No caso contrário, um intelectual conhecido torna-se autoevidente por meio de pesquisa bibliográfica de terceiros. Outro elemento fundamental que confere a um intelectual densidade para sua produção científica é a sua capacidade de interagir, ou mesmo liderar, espaços relevantes em universidades e centros de pesquisa. A reprodução acadêmica do pensamento é muito influenciada pela capacidade do catedrático de formar novos pesquisadores comprometidos com a agenda acadêmica de determinado pensamento, e isso é especialmente verdadeiro em momentos em que uma disciplina se encontra nascente no país, como era o caso da economia nos anos 1920 e 1930.

O tempo histórico de Victor Viana encontrava-se em imensas rupturas cognitivas nacionais. Como mencionado, Viana estava escrevendo no meio da revolução do modernismo nas artes e no pensamento social brasileiro, de modo que não viveu para presenciar as frustrações intelectuais com a experiência de modernização promovida pela Era Vargas, em especial os rumos tomados após a decretação do Estado Novo, em 1937, ano da morte do autor. Em 1922, as contribuições seminais de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – para mencionar os escritos apenas sobre pensamento social brasileiro – sequer estavam rascunhadas. Esses autores fariam uma ponte entre a chamada “geração de 1930”, na clássica definição de Antônio Candido, e o embrião do debate econômico moderno, centrado na ruptura com o eugenismo e com o determinismo geográfico e na possibilidade concreta do desenvolvimento nacional como ruptura do passado.²

Contemporaneamente, autores como Bielschowsky (1988) e Fonseca (2014) definiram a década de 1930 como o início do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, após a passagem de duas décadas que foram necessárias para a consolidação da teoria econômica brasileira em termos modernos, *i.e.*, liberto das externalidades provocadas pelo eugenismo e pelo racismo determinista. Uma historiografia econômica nesse período, no entanto, era meramente embrionária. Esse período pode ser compreendido pela publicação de *História Econômica do Brasil (1500-1820)* por Simonsen (1937), pela criação da *Revista Brasileira de Economia* pelos liberais Arizio de Viana e Eugênio

2. Um pouco do debate sobre industrialização do pós-guerra e seus elementos precedentes é abordado em Calixtre e Freddo (2019).

Gudin, no começo da década de 1950, e pela criação do estruturalista Clube dos Economistas (1955),³ bem como pela publicação da primeira obra organizada de interpretação em economia brasileira, a *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, em 1959. Estranhamente, a obra de Viana não é reconhecida como precursora desse movimento, sendo mais compreendida apenas como “primeiras tentativas”, na afirmação de Alice Canabrava (1962⁴ *apud* Szmrecsányi, 2004, p. 12), a qual reconhecia mais a obra materialista de João Lúcio de Azevedo (1929), sobre ciclos econômicos portugueses, do que os esforços liberais de interpretação de Viana e Lemos Britto (1927) na fundamentação metodológica do trabalho que se seguirá na década de 1930.

Tanto Szmrecsányi quanto Canabrava apontam como problema maior da literatura historiográfica econômica até 1929 a ausência de fundamentação tanto metodológica quanto empírica dos estudos publicados, o que não permitia uma consolidação da disciplina para além de um impulso que, por vezes, se perdeu no fluxo da história. Szmrecsányi (2004) constrói claramente esse argumento de como a pesquisa documental e a metodologia historiográfica serviu como divisor de águas entre as “primeiras tentativas” da história econômica (Victor Viana, Lemos Britto e Contreras Rodrigues) e seus “pioneiros” (Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Alice Canabrava e Celso Furtado). Mesmo no caso de obras que não explicitavam as referências documentais, como o mais clássico caso Furtado (1959) – mas também é assim com Caio Prado Júnior –, esses foram precedidos de trabalhos de natureza documental, como o caso do doutoramento de Furtado, com defesa em 1948. Em Victor Viana (1922), há evidente ausência de referências documentais ou de documento publicado prévio que sustentasse as profundas e ousadas afirmações feitas no livro, com exceção do capítulo X (Viana, 1922, p. 181-214), pleno de dados da política monetária do período da Independência, fato inclusive que corrobora ainda mais o caráter comemorativo do livro do centenário da data nacional. No entanto, o argumento de Szmrecsányi – que isenta apenas Alice Canabrava da sina de ter produzido uma obra historiográfica sem referências – não deve, ou pelo menos não deveria, ser resumido à ausência ou à presença de objetividade documental.

As décadas de 1920 e 1930 foram profundamente ensaísticas. Prova disso é o maior de todos os textos de interpretação do Brasil, produzido entre 1928 e 1932 e publicado em 1936 por Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, um texto que, acima de tudo, representa um ensaio e quase nada possui de referências documentais explícitas. No entanto, diferentemente de Victor Viana, a obra buarquiana é plena, conhecida e estudada, mesmo tendo sido iniciada em tão perigosos lençóis subjetivos. Não há notícia de qualquer tese de doutoramento que tenha como principal

3. Sobre o intenso debate ao redor do Clube dos Economistas, ver Andrada, Boianovsky e Cabello (2018).

4. Canabrava, A. P. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *In*: Seminário de Estudos Brasileiros, 1., São Paulo, 1972. *Anais...* São Paulo: IEB/USP, 1972. v. 2, p. 4-9.

autor estudado Victor Viana. Qual seria, então, os outros fatores que tornaram Viana um intelectual desconhecido? Mais ainda, entendendo o ciclo ideológico do desenvolvimentismo como a afirmação da possibilidade de um país periférico romper com seu passado determinado pela escravidão e o exclusivo colonial e construir uma sociedade urbano-industrial moderna e tropical, por que um autor que pensou esses termos duas décadas antes foi esquecido?

Primeiramente, a obra de Victor Viana é marcada pelo curto espaço de tempo em que foi produzida, a pequena quantidade de estudos publicados e ao mesmo tempo uma variedade disciplinar muito grande. Viana escreveu textos na área de economia, história econômica e direito, especialmente direito constitucional comparado, este último o tema em que o autor ficou mais conhecido. Viana também circulou muito pouco na academia. Talvez pela passagem breve na intelectualidade. Talvez por ter sido, “antes de tudo” um jornalista, em próprias palavras⁵ ou como expresso por Celso Vieira⁶ na carta de recepção de Viana na ABL. Viana fez passagem pelo *Jornal do Commercio* como correspondente da Primeira Guerra Mundial e crítico literário, experiências estas exaltadas por Vieira, ainda que este quase debochando de sua condição profissional. É de Celso Vieira também a informação de que Viana é bisneto de Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, estadista da Regência e conselheiro de Pedro II.

Apesar da alta experiência profissional como jornalista e de sua origem monárquica, Viana não tinha uma cátedra como Roberto Simonsen ou qualquer outro dos “pioneiros” para fazer escola de seu pensamento. Era professor do Belas Artes, mas exerceu mais a função de bibliotecário do que de acadêmico. Era uma espécie de *freelancer* do começo do século XX. O ponto é que o autor publicou este livro de 1922, um elo perdido na historiografia econômica brasileira, e depois mudou muito a pouca produção para estudos de direito comparado (inclusive, os estudos dele sobre constituições constam na biblioteca do Supremo Tribunal Federal e são mais conhecidos que o livro de 1922). Não houve tempo para divulgação de suas ideias, e o livro *Histórico da Formação Econômica do Brasil* seguiu quase oculto.

Apesar de se tratar de um autor pouco reconhecido, isso não significou esquecimento absoluto pela academia ao longo de seu quase século de publicação. Há algumas citações da literatura ao livro de Viana, mas utilizando temas adjuntos ali tratados, como a referência de Simonsen às primeiras fábricas oriundas da metrópole portuguesa,⁷ a referência ao esforço de Viana em contribuir

5. Disponível em: <<https://bit.ly/3YFKFGi>>.

6. Disponível em: <<http://bit.ly/3YG371g>>.

7. “A primeira evolução do fabrico já se havia processado nas ilhas portuguesas, que funcionavam, no dizer de Victor Vianna (*sic*), como estações experimentais para as terras brasileiras” (Simonsen, 1937, p. 148).

para a formação das primeiras faculdades brasileiras de sociologia, encontrada em uma nota de rodapé do compêndio histórico de Pedro Calmon (1939, p. 411), ou quando anteriormente, no *História da Civilização Brasileira*, de 1933, Calmon utiliza o excelente capítulo IX de Viana⁸ para uma rápida referência à transição do pensamento liberal durante a Independência (Calmon, 2002, p. 177). Também o estudo do autor sobre o pensamento liberal nos principais personagens do Império é citado por Pereira Neto (2014, p. 55) e, com mais profundidade e centrado na discussão sobre visconde de Cairú por Agostinho (2012, p. 147-162). O livro de 1922 foi utilizado como fonte primária de dados sobre política monetária do Império (Abreu e Lago, 1997) e também sobre percepções de atores em seus tempos históricos sobre regiões no Brasil, em específico o sertão nordestino (Barbosa, 2017, p. 116).

No entanto, quando as poucas luzes se lançavam sobre o centro da proposta de Viana, a recepção do livro nunca foi satisfatória. A obra foi classificada como uma “primeira tentativa” de organizar uma historiografia econômica brasileira, entendendo o livro de 1922 como o marco inicial (Almeida, 2014, p. 150), muito embrionário, de um processo que ainda não estava maduro no país. Outros autores (Alfonso, 2018, p. 31-32; Castro, 2017, p. 39-40; Saes, 2012, p. 3) são ainda menos simpáticos ao esforço de Viana, classificando-o como um fracasso de intensões e ausente de dados empíricos para embasamento de suas propostas, ainda que reconhecendo o seu pioneirismo. Estas últimas posições fazem julgamento duro da ausência de método historiográfico em pleno primeiro terço do século XX, que, apesar de já desenvolvido na história com Capistrano de Abreu e outros, estava longe de ser uma realidade para a economia.

Ademais, é exagerada a acusação de ausência de dados empíricos, inclusive o contraditório é a própria utilização do livro de 1922 como dados primários para estudos monetários do Império, como escrito anteriormente. No entanto, é importante notar que a radicalidade e a inovação de suas proposições sobre o protecionismo por dentro do pensamento liberal (“diferenciação americana”) não tiveram força suficiente para se reproduzir no pensamento acadêmico econômico subsequente. Nisso Viana permanece como um desconhecido, uma “primeira tentativa” de nascimento de uma disciplina que, mais de uma década depois, encontraria definitivamente seu berço, em outra teoria econômica que, aos tempos pré-keynesianos de Victor Viana, não existia.

8. “De Pombal a Cayrú. De Colbert a Adam Smith” (Viana, 1922, p. 181-183).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A MUDANÇA DE SIGNIFICADO DA “FORMAÇÃO ECONÔMICA”

Procurou-se, com essa apresentação do livro de Victor Viana, cem anos depois, recuperar um pequeno tijolo no muro da história do pensamento econômico brasileiro. A ausência da obra de 1922 do debate contemporâneo é caso de instigante indagação intelectual, mesmo entendendo que o debate liberalismo *versus* desenvolvimentismo sofrerá uma grande mudança estrutural no final da década de 1920 no mundo, com a Grande Depressão e a ascensão do pensamento keynesiano, e no Brasil do pós-guerra, com a experiência da industrialização periférica e do nacional-desenvolvimentismo. Os motivos do esquecimento de Victor Viana pelo debate econômico subsequente, no entanto, não são fortuitos.

Além da curta carreira intelectual e da quase inexistente presença de cátedra de Victor Viana, um dos pontos que fica evidente na comparação de sua obra com os considerados clássicos pioneiros da historiografia econômica brasileira – e talvez aqui resida o principal motivo do esquecimento da obra de Viana para os primórdios do pensamento econômico nacional – é o próprio conceito de “formação”, que se modifica radicalmente entre os anos 1920 e 1950. A “formação” nacional, para Viana, estava intrinsecamente subordinada à presença nacional do mercado, que, na fiel tradução smithiana do autor, nada mais é do que a presença de indivíduos tipicamente econômicos, no sentido liberal do termo, único em que o conceito efetivamente subsiste: agentes privados regidos pelo próprio interesse. A formação do Brasil, nesse sentido, é a lenta introdução dos agentes privados nos negócios coloniais contiguamente ao próprio Estado brasileiro, este que também é formado pela divisão social do trabalho originada desses indivíduos econômicos, mesmo sob o duro mercantilismo colonial e o exclusivo imposto pela metrópole.

Ao longo dos capítulos VI e VII da obra, Viana constrói o argumento evolucionário do processo de independência, a partir da introdução do exclusivo colonial, que cria um mercado interno pela “diferenciação americana” e, junto com ela, a sua elite nacional “de senhores de terra que, conscientes de seu destino, tratava de educar e instruir os filhos nas escolas superiores da Europa para que pudessem ter também independência intelectual” (Viana, 1922, p. 135). Essa elite vai desenvolvendo, aos poucos, o sentimento de independência, mas mantendo sua característica lusitana, portanto, na visão racista da época de Viana, branca. No entanto, a interiorização e o aprofundamento da colônia tinha uma forte característica miscigenada, pois o “edifício social (...) repousava na escravidão. A elite era branca, mas em algumas regiões, através da bastardia e de casamentos desiguais recebeu em muitas famílias a influência das raças auxiliares” (*op. cit.*, p. 139). A estratégia metropolitana de manter a colônia brasileira unida sob seu grande território combinou-se com a formação de um Estado embrionário durante o ciclo do ouro, ao qual Viana

atribui, citando Humbolt (*op. cit.*, p. 137), a origem de metade do ouro existente na Europa, que estava em sua primeira Revolução Industrial. Esse proto-Estado sofre um salto evolucionário com a “inversão brasileira”, ou a vinda da família real portuguesa, e de toda a burocracia metropolitana, para o Rio de Janeiro em 1808. A vinda do Estado português para a colônia torna inevitável a independência; no fundo, Viana é adepto de um forte pensamento de predestinação nacional pela grandeza geográfica e a afirmação territorial da elite, tão comum em sua época, com a peculiar visão positiva sobre o processo de miscigenação racial.

A formação do Brasil é uma das maravilhas da história. Mas, como toda história, a nossa estava predestinada pela geografia. O “mapa-múndi” mostra que, se havia no extremo ocidental da Europa um povo de navegantes, esse povo acabaria por chegar ao Brasil. E chegou, aos poucos, por um desenvolver de explorações, pela continuidade dos descobrimentos, pela natural curiosidade do mar largo. O Tratado de Tordesilhas provou como o Brasil era pressentido e havia de ser português. (...)

Houve desde logo um nome comum. Todos os filhos do novo país se passaram a chamar brasileiros. Isso foi logo de grande significação para a fundação do império e da grande nacionalidade que hoje somos (Viana, 1922, p. 159).

Por isso a obra de Viana de 1922 confundiu-se como uma efeméride do centenário da Independência, hoje o Brasil comemorando seu bicentenário. Para Viana, a “formação” nada mais é que um “histórico da formação”, ou seja, um processo que culmina na data objetiva da declaração de independência em 1822, não deixando espaço para a pergunta principal que somente seria formulada anos depois por Caio Prado Júnior (1942) e Celso Furtado (1959), que a “formação” teria um significado muito além da simples declaração de independência do Brasil. Para Prado Júnior, a formação do Brasil somente se completaria pela incorporação de todo o circuito de acumulação de capital ao espaço nacional, uma vez que ele estava parcialmente transitando no exterior.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira,

se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar (Prado Júnior, 1942, p. 25-26).

Essa “formação” com base na estrutura econômica que caracterizaria uma nação minimamente completa está mais parecida com a ideia furtadiana de desenvolvimento *hacia adentro*, ou seja, a passagem da economia brasileira de uma lógica econômica voltada prioritariamente para o mercado de consumo externo para outra voltada ao mercado interno.

À medida que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil. Essa ligação e a ideologia nascente de solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência *vis-à-vis* da Inglaterra. Assim, quando expira em 1842 o acordo com este último país, o Brasil consegue resistir à forte pressão do governo inglês para firmar outro documento do mesmo estilo. Eliminado o obstáculo do tratado de 1827, estava aberto o caminho para a elevação da tarifa e o consequente aumento do poder financeiro do governo central, cuja autoridade se consolida definitivamente nessa etapa. O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado. Contudo, do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização. A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (Furtado, 1959, cap VII).

Seria anacronismo exigir de Viana o mesmo conceito; em 1922, pré-*crash* das Bolsas, entre guerras de uma vitória britânica que parecia indestrutível e, com ela, a hegemonia da interpretação liberal de mundo, os anos derradeiros do padrão-ouro, muitos deviam, naquela longínqua sociedade arcaica de início do século XX, olhar para o modelo agrário-exportador brasileiro e nele ver o fim da história. Ponto positivo de Viana: ele não foi um deles; como discutido, Viana conseguiu romper diversos lugares comuns do pensamento liberal típico da época, posto que não tenha sido lido com a devida atenção. Mas também Victor Viana não foi capaz, naturalmente, de colocar o problema da “formação” em seus termos modernos.

Para a ampla tradição desenvolvimentista que se consolidou no pós-guerra, a colônia brasileira não se constituiu como um estágio puramente positivo da formação nacional, pois o modo de funcionamento do exclusivo metropolitano, da escravidão e da propriedade senhorial é uma “antinação”, insulava os centros econômicos dinâmicos, impedia a integração territorial do país e, mais importante, bloqueava a disseminação do modo urbano-industrial. Nessa tradição, a Independência de 1822 pouco alterou o caráter antinacional, e somente com a constituição de um Estado moderno, desenvolvimentista porque periférico, foi possível quebrar, ou tentou-se quebrar, o padrão de reprodução pós-colonial. O protecionismo, nesse arcabouço, é parte da estratégia de planejamento para o desenvolvimento, e não um mecanismo natural de defesa dos agentes privados da ex-colônia contra agentes privados da ex-metrópole, como queria Victor Viana. A intelectualidade do pensamento econômico brasileiro nascente, no entanto, não foi capaz de separar as deficiências do texto de Victor Viana daquilo que a obra publicada em 1922 continha de inovador.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de P.; LAGO, L. A. C. do. **Property rights and the fiscal and financial systems in Brazil: colonial heritage and the imperial period**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997. (Working Paper, n. 370).
- AGOSTINHO, M. C. **As ideias ventiladas por Visconde de Cairu: a economia política e o desenvolvimento da ciência no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- AIDAR, B. Pensar a riqueza do Brasil colonial: das descrições à economia política. In: COSENTINO, D. do V.; GAMBI, T. F. R. (Org.). **História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro**. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2019. p. 135-162.
- ALFONSO, F. R. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ALMEIDA, P. R. de. Brazilian economic historiography: an essay on bibliographical synthesis. **História e Economia**, v. 12, n. 1, p. 147-164, 2014.
- ANDRADA, A. F. S.; BOIANOVSKY, M.; CABELLO, A. F. O clube de economistas e a revista Econômica Brasileira (1955-1964): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 48, n. 4, p. 721-756, out.-dez. 2018.
- AZEVEDO, J. L. de. (Ed.). **Épocas de Portugal económico: esboços de história**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

BARBOSA, M. V. M. **Imagens e narrativas de sertão em Cipriano**: uma etnografia fílmica. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BLAUG, M. No history of ideas, please, we're economists. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 1, p. 145-164, 2001.

BRITTO, L. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora TAB, 1927.

CALIXTRE, A. B.; FREDDO, D. O pensamento pré-furtadiano sobre o desenvolvimento econômico: entre o modernismo da semana de 1920 e a modernização da Era Vargas. **Revista Oikos**, v. 18, n. 3, p. 6-23, 2019.

CALMON, P. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1939.

_____. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CANABRAVA, A. P. O comércio português no Rio da Prata (1580-1640). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, v. 35, 1944.

CASTRO, A. H. F. de. **A pré-indústria e governo no Brasil**: iniciativas de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARRELI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 29-78.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GIMENDE, M. O movimento industrialista brasileiro como projeto de nação. **Revista Oikos**, v. 2, n. 1, 2003.

PEREIRA NETO, J. **A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa**: uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB (1821-1846). 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SAES, F. A. M. de. Os rumos das pesquisas sobre a história econômica do Brasil: uma breve nota. **Leituras de Economia Política**, v. 14, n. 21, p. 3-34, 2012.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SZMRECSÁNYI, T. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**, v. 14, n. 1, p. 11-37, 2004.

VIANA, V. **Histórico da formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Ana Clara Escórcio Xavier

Barbara de Castro

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

